



*José Gaspar O. Nascimento (*)*

Coordenação e Subordinação

(*) Professor de Língua Latina e Língua Portuguesa da Universidade de Sorocaba - SP



RESUMO

O presente artigo procura fazer uma abordagem diacrônica e sincrônica do tema sob a ótica da Gramática Tradicional e da Gramática Textual.

ABSTRACT

This article attempts at a diachronic and synchronic approach of the theme under the viewpoint of Traditional Grammar and Textual Grammar

Embora se tenha dito ultimamente que há tantas gramáticas tradicionais quantos gramáticos e manuais e que a gramática tradicional não atinge o objetivo implícito de ensinar os alunos a ler e escrever corretamente por inúmeras razões, a verdade é que, a partir dela, gramática tradicional, lógica ou filosófica, os estudos lingüísticos aperfeiçoaram-se, chegando, hoje, ao amadurecimento que conhecemos. A propósito disso, Chomsky demonstrou em *A Linguística Cartesiana* que certas obras tradicionais, como, v. g., a *Grammaire de Port-Royal*, apresentam uma descrição dos fatos gramaticais mais certa e mais completa que muitas gramáticas ditas estruturais.

Parece-nos interessante fazer uma revisão histórica da gramática a partir de seu nascedouro - a Grécia.

1. A Gramática na Grécia

Os primeiros estudos gregos sobre a linguagem (origem, história, estrutura) não foram gramaticais, mas filosóficos. A primeira preocupação dos filósofos gregos foi a relação entre o pensamento e a palavra - entre a coisa e seu nome. Para vários deles (Heráclito, Pródico e os sofistas do século V a. C.) a palavra era a encarnação da natureza das coisas. Aristóteles também se preocupou com a filosofia da linguagem, tendo impulsionado o conhecimento das categorias gramaticais, sob o ponto de vista da lógica.

Foram, porém, os estóicos que mais se destacaram no estudo dos conhecimentos lingüísticos, sempre sob a ótica da lógica. Para eles a linguagem se origina naturalmente na alma dos homens e a palavra expressa a coisa conforme a natureza dela, despertando, do mesmo modo, no ouvinte, uma impressão conforme a dita natureza. Toda palavra contém uma verdade (grego, *étymon*) conforme sua natureza. Cabe ao filósofo buscar essa

verdade. Surge, então, a etimologia. Os estóicos dedicaram-se à etimologia, porém com processos irracionais e arbitrários. Coube-lhes o mérito de terem legado aos pósteros o conhecimento essencial sobre as categorias gramaticais e sua nomenclatura.

A partir do século III a. C., começou um período de estudo mais objetivo sobre a linguagem com o interesse pela interpretação e reconstrução da literatura, não propriamente na Grécia, mas em Alexandria, no Egito. A tais estudos deu-se o nome de gramática. Só mais tarde, quando os estudos se concentraram na língua é que a palavra gramática restringiu o seu sentido, passando a designar o estudo da língua e, depois, a exposição dos fundamentos da linguagem.

Nesse período, em lugar da polêmica anterior entre natureza e uso, aparece outra - anomalia e analogia - mais ou menos correlata. O conceito de anomalia parte dos estóicos, que demonstram a falta de consequência continuamente observada entre a palavra e o pensamento. Assim, há incongruência entre o som e seu conceito. Ex. *córax* (corvo) é masculino, mas se aplica ao macho e à fêmea. Nomenclalmente deveria ser ou masculino ou feminino.

Tal questão passou do campo filosófico para o gramatical propriamente dito, e à anomalia dos estóicos se opôs a analogia (tendência niveladora da língua). O analogista mais famoso foi Aristarco, que influenciou na obra de Dionísio da Trácia, o primeiro grande gramático que compilou as conquistas gramaticais dos gregos e conceituou a gramática como conhecimento experimental do que mais constantemente se acha nos poetas e prosadores.

Inicialmente, a gramática tinha caráter apenas normativo (ensinava a distinguir o certo do errado). Deve-se a Dionísio da Trácia a sistematização da gramática grega: desenvolveu as idéias sobre as declinações, as conjugações, as vozes e os tempos verbais, as partes do discurso etc. Dionísio considerou como categorias gramaticais, em correspondência com as categorias lógicas segundo o pensamento dos estóicos, o nome, o verbo, o particípio, o artigo, o pronome, a preposição, o advérbio e a conjunção.

Podemos observar claramente, nessa relação de categorias gramaticais, o eixo da frase nome-verbo (sujeito e predicado): nome, particípio (adjetivo), artigo, pronome + verbo; (conjunção) e intrafrásica (preposição), bem como um elemento modificador do verbo (advérbio).

A gramática de Dionísio tinha caráter filosófico, pois se interessava pela interpretação de textos. Compunha-se de seis partes:

1. Leitura e pronúncia correta.
2. Explicação de textos pelos tropos que neles surgem.
3. Explicação de palavras e coisas.
4. Etimologia.
5. Paradígmata de flexão ou analogia.
6. Crítica.

Vemos que a morfologia foi uma preocupação maior entre os gregos. A sintaxe só teve desenvolvimento com Apolônio Discolo (século II), o mais importante gramático de Alexandria.

A crítica mais contundente que podemos fazer da gramática do grego clássico diz respeito à preocupação estritamente filosófica que os gramáticos explicitavam: não havia nenhuma preocupação com o falante da língua. A gramática grega era autoritária: pretendia estabelecer as regras do bem falar e do bem escrever e ensinar a língua àqueles que já a dominavam. Há nisso, como ressalta Rosa Virgínia Mattos e Silva, em *Tradição Gramatical e Gramática Tradicional*, uma contradição: “se os aprendizes já dominam a língua, a gramática nada terá a ensiná-los.”

Outra crítica a fazer à gramática grega: preocupação exclusiva com a língua nacional - o grego - sem qualquer comparação com outra língua. Para os gregos, sua língua era um instrumento de comunicação universal. Quem não a conhecesse, era chamado de “bárbaro”.

Apesar de todas as críticas que se possa fazer à gramática grega, é forçoso afirmar que eles, os gregos, abriram horizontes para pesquisas posteriores, pois especularam sobre a origem da linguagem e das palavras. A eles devemos, até hoje, as origens fundamentais sobre as categorias gramaticais, e o grosso de nossa nomenclatura atual é a mesma grega antiga traduzida do latim.

2. A gramática em Roma

Embora óbvio, é necessário dizermos sempre que a gramática latina se construiu sob o modelo grego.

Foram conhecidos os gramáticos Apolônio Discolo e seu filho

Herodiano, que viveu em Roma, no século II. Discolo reconhecia as partes do discurso, mas não falava ainda em sujeito, predicado, nem conhecia grande coisa a respeito da essência dos modos verbais.

As gramáticas de um período posterior (séculos IV a VI d. C.) obedeciam mais ou menos ao plano do grego Dionísio Donato, Carísio (séc. IV) e Prisciano (séc. VI); consideravam, quanto às partes do discurso: nome (substantivo e adjetivo), pronome, verbo, particípio, advérbio, preposição, conjunção e interjeição. Aboliram o artigo (que o latim desconhecia) e dedicaram parte especial à interjeição. No mais, seguia-se o grego.

Podemos dizer que a gramática latina, embora tenha padecido dos mesmos defeitos da gramática grega (apego exagerado à lógica, amontoado de regras que se impunham ao falante da língua, ignorando por completo a competência lingüística e o contexto em que se inseria), foi um passo à frente por ter sido um estudo conjunto de dois idiomas: o latim e o grego. Quanto ao estudo etimológico da linguagem, os romanos cometeram os mesmos erros gregos, enveredando-se pelo mundo da fantasia para explicarem a origem das palavras bem como a correspondência entre som e conceito.

O que devemos registrar de curioso nas gramáticas de Dionísio (Grécia) e Donato e Prisciano (Roma) é que eles não deram a devida importância à sintaxe, talvez por terem entendido que a morfologia, lexicografia e a ortografia são mais simples do que a sintaxe. A propósito disso, Eddy Roulet, em *Teorias Lingüísticas, Gramaticais e Ensino de Línguas*, p. 6, afirma que “de uma maneira mais geral, os manuais tradicionais atribuem lugar predominante à morfologia, deixando de dar a devida atenção à sintaxe”. E mais adiante, ele conclui: “... é sem dúvida mais importante para a comunicação saber construir um enunciado do que saber por todos os constituintes na forma correta respeitando todas as variantes combinatórias”. Não pensavam, assim, contudo, os antigos gramáticos gregos e romanos, até porque eles, como já comentamos acima, não levavam em consideração a língua falada, mas apenas a língua escrita - norma culta acessível a poucos privilegiados da casta dos patrocínios - como instrumento de demonstração de notável saber e de segregação social.

3. *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port-Royal

A grande preocupação do erudito medieval foi a preservação do latim clássico que era considerado como a forma logicamente normal da linguagem humana. Não havia interesse quase nenhum pelo estudo das línguas emergentes do extinto latim vulgar.

Por razões religiosas e pedagógicas, Antoine Arnauld e Lancelot escreveram a *Grammaire Générale et Raisonnée*, que, embora atrelada ainda à lógica das gramáticas gregas e latinas, apresenta uma novidade - a sintaxe, cujas leis, segundo eles, estão reduzidas a duas: a relação de identidade e a relação de determinação. Relação de identidade: fundamento da concordância de gênero, de número etc.. Relação de determinação: fundamento do regime. É conveniente afirmarmos que a *Grammaire Générale et Raisonnée* foi escrita no século XVII, portanto durante o período humanista, durante o qual a preocupação com estudos lingüísticos comparativos começa a surgir na Europa, e o latim vai perdendo a mesma importância que tivera na Idade Média.

4. Gramática da Língua Portuguesa de João de Barros

Escrita e publicada no início do século XVI, a gramática de João de Barros divide-se em quatro partes. Ispis: “letera, sílaba, dição e construção”. Ao dividir a “construção”, ele assim o faz:

Duas cousas aquecem a construção: concordância e regimento. Concordância é uma conveniência de duas dições correspondentes uma à outra em número, em gênero, em caso, em pessoa ou em alguma dessas cousas. Em gênero, número e pessoa, como relativo e o antecedente. (...) Regimento é quando uma adição construi com outra diversa a ela per gênero ou per número, caso ou pessoa, somente per uma especial natureza, com que obriga e sujeita a seguinte a ser posta em algum dos casos que temos, como se verá adiante.
(1585 : 42)

Podemos perceber que a abordagem sintática feita pela *Grammaire Générale* em muito se assemelha à de João de Barros, escrita e publicada já fazia um século.

5. Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa de Jerônimo Soares Barbosa

O século XIX foi marcado pelo interesse pela evolução das línguas. Surge a Filologia Românica, direcionando a lingüística histórica oitocentista.

Surge Jerônimo Soares Barbosa que, nesse contexto, segue consciente e explicitamente a *Grammaire Générale et Raisonnée de Port-Royal*.

O que surpreende na gramática de Jerônimo Soares Barbosa é a crítica que ele faz a gramáticos que o precederam por modelarem suas gramáticas pela gramática latina. João de Barros foi um dos criticados pois, sem dúvida, fez a sua gramática baseado nos cânones latinos; inclui, até, declinação de nomes.

Exemplo: Primeira declinação

	Singular	Plural
Nominativo	a rainha	- as rainhas
Genitivo	da rainha	- das rainhas
Dativo	à rainha	- às rainhas
Acusativo	a rainha	- as rainhas
Vocativo	oh! rainha!	- oh! rainhas!
Ablativo	da rainha	- das rainhas

Jerônimo Soares Barbosa propõe uma gramática filosófica; segundo ele, os alunos aprendem com mais facilidade, pois têm a prática e o uso da língua materna. Embora ele privilegie o estudo da palavra pela Etimologia (dição, no dizer de João de Barros), ele dedica uma importância, até então inusitada, à sintaxe (58 páginas), que ele define como coordenação: "... e chama-se assim esta parte da gramática, que das palavras separadas ensina a formar e compor uma oração, ordenando-as segundo as relações, ou de conveniência ou de determinação em que suas idéias estão uma para as outras"(1881 : 254). Distingue sintaxe de construção, afirmando que a construção consiste nas diferentes colocações que se podem fazer destas mesmas palavras na oração, salvas suas concordâncias e regências (1821 : 288). E, ao falar da construção direita do período em oposição à construção

invertida, ele ensina: “Quanto à construção das proposições subordinadas por ordem à principal, na *composição e coordenação de qualquer período* (grifos nossos), a principal sempre é a primeira na ordem direita”: (1881 : 295).

O que nos chamou a atenção na leitura que fizemos de sua gramática é que ele não faz distinção entre oração coordenada e subordinada; nas suas subordinadas estão as que expressam onexo e as que expressam a ordem. Os tipos de nexoe de ordem estão explicitados na parte da Etimologia em que trata das conjunções, que podem ser homólogas ou similares (= coordenativas) e anomólogas ou dissimilares (= subordinativas). Ao referir-se às conjunções homólogas ou similares, ele diz na página 245:

Estas conjunções são as que ligam proposições que estão na mesma razão umas para as outras, ou da mesma afirmação e negação simultânea; ou da mesma afirmação alternada separadamente, com exclusão uma da outra; ou de identidade de sentido; ou de afinidade do mesmo. D’aqui quatro espécies de conjunções, a saber, copulativas, disjuntivas, explicativas e continuativas.

Lendo atentamente os exemplos citados pelo autor Jerônimo Soares Barbosa para caracterizar as orações introduzidas pelas conjunções homólogas ou similares, às pp 246/7, depreendemos que as copulativas seriam as aditivas (“Pompas e ventos, títulos inchados não dão descanso, nem mais doce sono”); as disjuntivas seriam as alternativas (“O tempo vae desigual, ora está frio, ora está quente”); as explicativas, ora aparecem como subordinadas adverbiais condicionais, segundo a gramática normativa atual (“condenou-o como juiz; como testemunha absolve-lo-hia” (grifos nossos). Ora aparecem como comparativas: “como assim, bem como, assim como, assim também etc.”; ao referir-se às continuativas, J.S. Barbosa apresenta a conjunção pois, posposta à primeira palavra da oração como a única do gênero, exemplificando: “Digo, pois, que escapei d’aquele perigo”. Sob a ótica da gramática normativa atual, classificaríamos a primeira como principal e, a segunda apenas como oração subordinada substantiva objetiva direta. Ao definir as conjunções anomólogas ou dissimilares, ele diz, às pp 248, que

“Chamam-se assim todas as conjunções que atam proposições que não estão umas para outras na mesma razão, mas em diferente”.

Podemos dizer que Jerônimo Soares Barbosa, embora não tenha distinguido as orações em coordenadas e subordinadas explicitamente, fê-lo de forma implícita ao definir as conjunções homólogas ou similares como as que “ligam proposições que estão na mesma razão umas para as outras”, enquanto que as conjunções anomólogas ou dissimilares como as que “atam proposições que não estão umas para outras na mesma razão, mas em diferente”. A verdade é que tal distinção não nos parece nem muito clara nem definitiva, mas que há um “fumus”, há.

O grande mérito da gramática de J. S. Barbosa foi o de disciplinar o uso escrito e falado formal por meio do treinamento na escola da aplicação de suas regras.

6. Nova Gramática do Português Contemporâneo de Celso Cunha e Lindley Cintra (1991)

Escolhemos a gramática acima mencionada para tecermos algumas considerações a respeito daquilo que ela apresenta de tradicional, embora pretendendo ser “nova”. E mais: que abordagem fazem os autores sobre coordenação e subordinação.

Procurando romper com o historicismo oitocentista, procurando, dentro da linha estruturalista, evitar escrever uma gramática normativa tradicional, os autores, no dizer da professora Rosa Virgínia Mattos e Silva, em *Tradição Gramatical e Gramática Tradicional*, (1989 : 54), não escreveram uma gramática, mas também uma gramática.

A autora elenca uma série de críticas, aqui resumidas:

1ª - A gramática deveria estar separada da introdução à estatística do português contemporâneo que os autores encerram no mesmo volume.

2ª - Os autores propõem-se a descrever a língua na sua forma culta através de um ponto de vista dialetológico. Ora, a dialetologia trabalha com a língua falada, não com a língua escrita.

3ª - A referida gramática não é nova, pois dá precedência à língua escrita culta literária, aliás um erro clássico da tradição gramatical.

4ª - É uma gramática normativa.

5ª - Não é uma gramática dedutiva.

6ª - O capítulo Ortografia é repetição das regras ortográficas vigentes. Isso deveria ser um apêndice.

7ª - A referida gramática apresenta incongruência nas definições de oração e frase.

8ª - Os autores fazem uma miscelânea entre estruturalismo e gerativismo.

9ª - Ocorrem misturas entre o emprego dos termos morfema e radical, flexão e sufixo.

10ª - É uma gramática do português escrito e não do português falado.

11ª - Ao se referirem ao substantivo e ao pronome, os autores fazem definições semânticas e não formais e funcionais.

12ª - É uma gramática que privilegia a tradição, uma gramática de base lexicológica, segundo os moldes greco-latinos.

Detenhamo-nos, agora, no cap. 18 (1991 : 39), em que Celso e Lindley falam sobre coordenação e subordinação. Dado o exemplo “As horas passam, os homens caem, a poesia fica”, classificam o período composto de três orações da mesma natureza, pois são:

- a) autônomas, independentes, isto é, cada uma tem sentido próprio;
- b) não funcionam como termos de outra oração, nem a eles se referem: apenas, uma pode enriquecer com o seu sentido a totalidade da outra”. E concluem: “A tais orações autônomas dá-se o nome de coordenadas, e o período por elas formado diz-se composto por coordenação.”

Duas observações a respeito:

a) falam os autores em orações da mesma natureza para, em seguida, classificarem-nas de coordenadas. Isso nos remete a Jerônimo Soares Barbosa que, embora não se refira explicitamente a “oração coordenada”, classifica como conjunção homóloga a que introduz orações na mesma razão umas para as outras;

b) ao dizerem que uma oração coordenada apenas “pode enriquecer com o seu sentido a totalidade da outra”, eles estão sendo incoerentes, pois, de alguma forma, elas deixam de ser autônomas, independentes. Haveria, sim, uma interdependência semântica. Os autores, porém, atrelados

à “lógica” gramatical, esquecem-se de ou não se atrevem a fazer tal tipo de abordagem. Estão, sem dúvida, presos à tradição gramatical.

Classificam, a seguir (pp 399), orações subordinadas como “orações sem autonomia gramatical, isto é, acessórios de outra oração”. E mais: os autores não fazem nenhuma referência à contextualização gramatical. Colocam -se acima da língua como um processo de comunicação escrita.

II - Coordenação e Subordinação

Os manuais tradicionais não fornecem ao professor uma descrição satisfatória da língua que ele ensina, nem ao aluno uma descrição suficiente da língua que deve aprender.

(Eddy Roulet)

1. O “erro clássico” das gramáticas tradicionais, quando tentam explicar coordenação e subordinação, é a abordagem unicamente formal ou sintática que apresentam. O funcionamento global de uma língua só pode ser devidamente explicado por um estudo integrado de três componentes: sintático, semântico e pragmático.

Eis a razão pela qual não devemos falar em orações dependentes (ou subordinadas) e independentes (ou coordenadas), já que há, entre as orações que compõem um período, um parágrafo ou um texto, relações de interdependência, de tal modo que qualquer uma delas é necessária à compreensão das demais. Além das relações entre os enunciados (relações semânticas ou lógicas), há aqueles que se estabelecem entre o enunciado e a enunciação, a que se pode chamar de pragmáticas, “paralógicas” ou argumentativas.

O professor Othon Garcia dedica um item ao que chama de “falsa coordenação: coordenação gramatical e subordinação psicológica”, que se inicia com as seguintes palavras: “segundo a doutrina tradicional e ortodoxa (...) as orações coordenadas se dizem independentes, e as subordinadas, dependentes. Modernamente, entretanto, a questão tem sido encarada de modo diverso. Dependência semântica mais do que sintática observa-se também na coordenação, salvo apenas, talvez, no que diz respeito às conjunções “e”, “ou” e “nem”. Não se pode falar em independência, visto que independência significa autonomia não só de função como também de

sentido.

O professor Francisco da Silva Borba, em *Teoria Sintática* (1979), ao estabelecer as relações intra e inter-oracionais - coordenação e subordinação, diz que, quanto à natureza, as relações sintáticas podem ser de identidade (ex.: Meu gato preto caça baratas) e de determinação. No exemplo dado há relação de identidade entre meu, gato, preto e caça e de determinação entre caça e baratas. Essa relação é expressa pelos mecanismos de concordância e regência, respectivamente.

Parece-nos que o professor Francisco da Silva Borba, ao classificar as relações sintáticas como sendo de identidade e de determinação, não foi nada inovador, visto que detectamos a mesma classificação em João de Barros, que fala em relações de concordância e regimento, o mesmo ocorrendo na *Grammaire Générale et Raisonnée*, que fala em relações de identidade e determinação.

Prossigamos, porém, na leitura de *Teoria Sintática*. Segundo o autor, a hierarquia das relações sintáticas resulta dos diversos graus de coesão que se estabelece entre as palavras. Na combinatória há termos primário, secundário, terciário e até quaternário.

Ex. O professor fala muito bem.

1° 2° 4° 3°

As relações entre termos primários e secundários são dois tipos porque dependem da natureza e das construções resultantes. Daí o caráter estático em As borboletas azuis (artigo + substantivo + adjetivo) e o caráter dinâmico em Borboletas voam (substantivo + verbo). Para Jespersen as relações do primeiro grupo são a junção e as do segundo, nexos.

Segundo o autor, a relação é o princípio fundamental da sintaxe.

A comunicação consta de uma seqüência de orações encadeadas e, psicologicamente, interdependentes (grifos nossos). Daí entender-se por que a parataxe pura é quase impossível. Quando se diz que um conjunto de orações é paratático, quer se chamar a atenção para a ausência de marcas de ligação. Observamos aí um critério puramente formal de classificação. Considera-se apenas o aspecto mórfico e externo do enunciado. No exemplo: “Estive ontem no teatro; não te vi lá”, externamente há parataxe, internamente

há dependência da segunda oração em relação à primeira (valor adversativo).

Da coordenação paratática, passa-se facilmente à coordenação por partículas (advérbios de relação ou conjunções coordenativas). Ex.: Vá à minha casa, lá conversaremos.

Ainda, segundo Borba, a coordenação é um recurso para aproximar elementos de função idêntica. Desse modo, há um tipo de oração que condensa orações numa só.

Ex.:

Pedro saiu

Pedro e Maria saíram.

Maria saiu

A subordinação se dá sempre com um termo da oração, por mais complexo que seja. Os termos de uma oração se subordinam em diferentes graus de complexidade por meio de diversos expedientes.

Erradamente, a gramática tradicional contempla o estudo da subordinação no capítulo do período e sua construção. Celso Cunha e Lindley Cintra, em *Gramática do Português Contemporâneo* (1991 : 402) dedicam o estudo da subordinação ao falarem sobre oração subordinada: “Dissemos que as orações subordinadas funcionam sempre como termos essenciais, integrantes ou acessórios de outra oração”. A professora Flávia de Barros Carone, em *Subordinação e Coordenação* (1991 : 16), ao criticar a NGB que apresenta as palavras coordenação e subordinação apenas a partir do item relativo ao período composto, procura mostrar que esses mecanismos sintáticos (coordenação e subordinação) também ocorrem em nível de formação de uma oração: “quando as palavras se organizam para formar sintagmas, e estes se articulam para tecer uma oração, fazem-no graças à conexão sintática, princípio organizador da frase - que vem a ser a própria subordinação”.

E o que, a nosso ver, o professor Francisco da Silva Borba, aponta como “hierarquia das relações sintáticas” (O professor fala muito bem).

1° 2° 4° 3°

Quando a gramática tradicional fala em coordenação entre termos de uma oração, limita-se apenas a organizar as conjunções coordenativas com seus valores lógico-semânticos, esquecendo-se de levar em

consideração os valores pragmáticos.

2. Orações Coordenadas - Em todo e qualquer período composto por duas ou mais orações, verificamos que há entre elas uma interdependência, visto que a presença de cada uma delas é necessária para veicular o significado pretendido. Eis a razão pela qual a gramática tradicional erra ao classificar as coordenadas como independentes. E como diz Borba: há um encadeamento de orações que, psicologicamente, são interdependentes. A professora Ingedore Koch corrige-o, substituindo psicologicamente por pragmaticamente.

Exs.:

Caiu da janela e morreu.

Prometeu vir e não veio.

Observamos ainda, comungando as afirmações de I. Koch, que nos exemplos acima, embora as orações sejam ligadas por e (muitas vezes chamadas de “coordenadas típicas”), há uma prossequência temporal caracterizando bem a interdependência.

O que falar, então, das coordenadas alternativas, adversativas, conclusivas e explicativas em que as relações de alternância, oposição, conclusão e explicação estabelecem uma interdependência evidente?

A propósito da chamada interdependência das orações coordenadas, diz Flávia B. Carone (1991 : 61):

“Em resumo, o único sentido válido em que se pode entender a propalada “independência” das orações coordenadas diz respeito ao fato de que a conjunção coordenativa não opera o fenômeno da translação, que é imposta pelos instrumentos de subordinação e se completa com a inserção da oração subordinada em um ponto de outra - para estar a seu serviço como termo subalterno”.

2.1 - Conjunção Coordenativa

A conjunção coordenativa pertence a qual das orações que ela interliga?

Para Tesnière, a conjunção não pertenceria a nenhuma das orações, isto é, seria interoracional; compara-a ao cimento destinado a ligar duas pedras, não fazendo parte nem de uma nem de outra, e ao engate que une dois vagões e é exterior a eles. Flávia Carone discorda frontalmente de Tesnière, afirmando, entre outros argumentos, que a maior parte das conjunções coordenativas é dotada de mobilidade, podendo localizar-se no início, no meio ou no final da segunda oração - jamais na primeira. E exemplifica:

Duvido de você; portanto, não insista em convencer-me.

Duvido de você; não insista, portanto, em convencer-me.

Duvido de você; não insista em convencer-me, portanto.

Por essa e outras razões ela conclui (pp 60) que a conjunção coordenativa pertence à segunda oração. Concordamos totalmente com tal posição.

3. Orações subordinadas - Se para a gramática normativa oração subordinada é aquela sem autonomia gramatical, para Borba, em *Introdução aos Estudos Lingüísticos* (1970 : 265) “há uma dependência lógica ou gramatical de uma - chamada subordinada - em relação à outra chamada principal”. Na subordinação, as orações se completam; já na coordenação elas se sucedem apenas.

E continua: “A causa do aparecimento da subordinação é puramente intelectual, pois seu desenvolvimento e aperfeiçoamento é um traço próprio das línguas mais evoluídas, que procuram expressar o pensamento de maneira mais lógica”.

Eis uma crítica que lhe podemos fazer: Não nos parece que uma criança, que não usa a subordinação, se expresse de maneira menos lógica. Expressa-se, sim, de maneira menos complexa, ao dizer, v.g.: Eu ganhei uma boneca. Ela é bonita. O nome dela é Aninha.

Para Flávia Carone, oração subordinada é aquela que se comporta como parte de outra e as conjunções subordinativas são instrumentos de inserção de uma oração em determinado ponto de outra. A oração que elas inserem funciona, portanto, ora como um termo periférico, integrando-se a um sintagma nominal, em função adjetival, ora como um circunstante, em função adverbial; já a oração subordinada substantiva tem como instrumento de inserção as conjunções integrantes que, para Flávia Carone,

são inteiramente “vazias”: seu ponto de inserção é um verbo ou nome, em relação ao qual a oração exerce funções próprias do substantivo, inclusive as que são marcadas por preposição. Enquanto as orações adjetivas e as adverbiais funcionam como adjetivos ou advérbios em relação a um termo de outra oração, as substantivas, ao contrário, são necessárias à oração subordinante, onde vão preencher um vácuo que, por artifício, pode ser representado por um pronome neutro.

Exemplo: Eu exijo “algo”. Saia da minha frente.

Eu exijo que você saia da minha frente.

3.1 Observamos, outrossim, que a autora não falou em oração principal, mas em oração subordinante. Será certo falar de oração principal onde existe interdependência? Para Bechara (1980) “oração principal nem sempre coincide com a determinação da idéia ou sentido principal do contexto”.

No exemplo “Garanto que não sou o criminoso”, parece-nos que a idéia principal se encontra justamente na oração subordinada “(que) não sou criminoso”.

III - Conclusão

Se o anacronismo e o autoritarismo da gramática tradicional devem ser combatidos pelos gramáticos modernos ligados às últimas correntes da Lingüística textual, a ausência de sugestões para uma nova gramática também deve ser objeto de crítica. Perini (1991), timidamente, sugere uma nova gramática alicerçada na linguagem jornalística. E pára por aí.

No que diz respeito ao ensino da coordenação e subordinação, achamos que não temos condições ainda de relegarmos ao esquecimento o que nos impõe a gramática normativa. Devemos, sim, usar a estratégia que motive o aluno a aprendê-la. Sempre a partir da pragmática, do estudo do texto contextualizado. A análise sintática deve ser encarada como meio, não como fim. Como dizia meu grande professor João Tortello: “se você leu e entendeu, já analisou”.

Afinal, é verdadeira a frase: Ninguém ensina a ninguém.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Jerônimo Soares. *Grammática Filosófica da língua portuguesa*. 7. ed. Lisboa : s. n., 1981.
- BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa*. 3. ed. Lisboa : s. n., 1985.
- BORBA, Francisco da Silva. *Introdução aos estudos lingüísticos*. 2. ed. São Paulo : Editora Nacional, 1971.
- BORBA, Francisco da Silva. *Teoria sintática*. São Paulo : Edusp, 1979.
- CARONE, Flávia de Barros. *Subordinação e coordenação X confrontos e contrastes*. 2. ed. São Paulo : Ática, 1991.
- CUNHA, C. Cintra L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 4. ed. Lisboa : João Sá da Costa, 1991.
- FONSECA, Fernanda Irene Joaquim. *Pragmática lingüística e ensino do português*. Coimbra : Livraria Almeida, s. d.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. 2. ed. São Paulo : Cortez, 1987.
- MATOS E SILVA, Rosa Virginia. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo : Contexto, 1989.
- PERINI, Mário A. *Para uma nova gramática do português*. 5. ed. São Paulo : Ática, 1991.
- ROULET, Eddy. *Teorias lingüísticas gramaticais e ensino de línguas*. São Paulo : Pioneira, 1978.